

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 28 DE JUNHO DE 2004

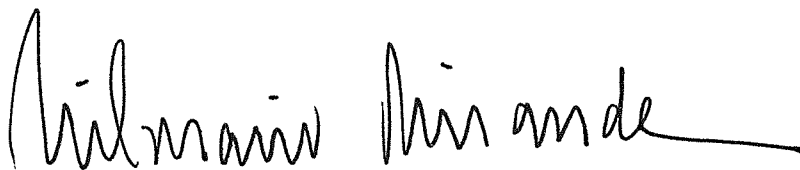
O SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS E PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis nº 4.319 de 16 de março de 1964 e nº 10.683 de 28 de maio de 2003,

CONSIDERANDO a atribuição da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em conferir cumprimento aos princípios constitucionais concernentes à prevalência dos Direitos Humanos no País, bem como dos instrumentos internacionais de direitos humanos, especialmente no que se refere proteção aos direitos dos povos indígenas;

CONSIDERANDO deliberação unânime do Colegiado, tomada na 155ª reunião ordinária, realizada no dia 28 de junho; resolve:

RECOMENDAR a Advocacia Geral da União que, em caráter de urgência, adote as medidas cabíveis no sentido de sustar a liminar de reintegração de posse concedida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em caso envolvendo a destilaria Miriri e a comunidade indígena da aldeia Monte-Mór, a fim de evitar danos irreparáveis e graves violações aos direitos humanos dos povos indígenas. Observa-se que o prazo para cumprimento da medida de reintegração de posse esgota-se amanhã, tendo sido esauridas todas as possibilidades de negociação visando ao alcance de uma solução amistosa.

MANIFESTAR ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região preocupação com o iminente despejo da comunidade indígena da aldeia Monte-Mór que ocupa pequena área reivindicada pela destilaria Miriri, que foi recentemente identificada como terra indígena, considerando que há ainda possibilidade de submeter essa decisão ao colegiado, fato que ainda não ocorreu porque não houve publicação do despacho do Desembargador Relator, indeferitório de pedido de suspensão da liminar.



NILMÁRIO MIRANDA